



REGIOSTARS 2026

GUIA PARA CANDIDATOS

Índice

REGIOSTARS 2026.....	3
Categorias do concurso	5
Critérios de elegibilidade e de atribuição.....	15
Calendário	16
Tabela de conversão	17

REGIOSTARS 2026

Os prémios REGIOSTARS são um concurso anual organizado pela DG REGIO desde 2008. Estes prémios tornaram-se o rótulo europeu de excelência para projetos financiados pela UE e demonstram o impacto e a inclusividade do desenvolvimento regional. Em 2026, os projetos concorrem em cinco categorias, descritas a seguir. Por proporcionarem soluções para desafios comuns e explorarem as melhores oportunidades, os prémios REGIOSTARS inspiraram as regiões a contribuir para uma política de coesão da UE cujo impacto é cada vez maior. Incentivamos candidaturas de regiões comparativamente menos desenvolvidas da Europa e de todas as áreas do programa. O formulário de candidatura REGIOSTARS no EUSurvey está aberto até 22 de maio de 2026.

Os prémios REGIOSTARS são atribuídos a projetos em cinco categorias:

- **Categoria 1 — UMA EUROPA COMPETITIVA E INTELIGENTE**

Promover a competitividade, a inovação e a resiliência económica

- **Categoria 2 — UMA EUROPA VERDE**

A transição ecológica como facilitador do desenvolvimento regional

- **Categoria 3 — UMA EUROPA CONECTADA**

Reforçar a mobilidade e a conectividade entre regiões

- **Categoria 4 — UMA EUROPA SOCIAL E INCLUSIVA**

Tornar a Europa mais inclusiva, aproveitando os talentos regionais

- **Categoria 5 — UMA EUROPA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS**

Promover o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de territórios

Um painel de académicos de alto nível nos respetivos domínios avaliará as candidaturas apresentadas e selecionará os finalistas. Os finalistas serão convidados para uma «última ronda» de seleção durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, em Bruxelas.

Tal como em anos anteriores, o público terá a oportunidade de votar no seu finalista favorito para o prémio de escolha do público. Todos os vencedores serão anunciados durante a cerimónia REGIOSTARS, que se realizará igualmente durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios.

Os vencedores das cinco categorias e o vencedor do Prémio do Público participarão em atividades posteriores, geridas em cooperação com a DG REGIO, a fim de promover os projetos premiados na região.

O presente guia do candidato apresenta uma descrição pormenorizada das categorias de prémios e dos critérios de elegibilidade e de atribuição. As respostas às perguntas frequentes podem ser consultadas no documento de perguntas frequentes disponível no [sítio REGIOSTARS](#).

Aguardamos com expectativa a sua candidatura ao projeto. Boa sorte!
A equipa REGIOSTARS

Categorias do concurso

Categoria 1 — Uma Europa competitiva e inteligente

Promover a competitividade, a inovação e a resiliência económica

A categoria 1 centra-se em projetos de apoio ao objetivo estratégico n.º 1, a fim de alcançar uma Europa competitiva e inteligente, mediante a promoção de uma transformação económica inovadora e inteligente e da conectividade das TIC a nível regional.

Desde 1993, o mercado único está no cerne do projeto europeu, permitindo que pessoas, serviços, mercadorias e capitais circulem livremente, proporcionando oportunidades às empresas europeias, bem como uma maior escolha e preços mais baixos para os consumidores. É a espinha dorsal da resiliência europeia, pois permite que os cidadãos viajem, vivam, trabalhem ou estudem onde desejam. De um modo geral, ajuda as cidades e as regiões europeias a aprofundar a sua integração na União Europeia. Um dos principais objetivos consiste em proporcionar um mercado único sem atritos, em que empresas de todas as dimensões e de qualquer setor possam competir em igualdade de condições e desenvolver, comercializar e utilizar tecnologias, produtos e serviços digitais a uma escala que impulse a sua produtividade e competitividade a nível mundial, e em que os consumidores possam ter confiança na proteção dos seus direitos. Através de um mercado único, a União Europeia está empenhada em reforçar a sua posição no mercado mundial, tornar-se um interveniente digital a nível global e proporcionar uma economia digital justa e competitiva. Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia está a colocar a competitividade no centro da sua agenda económica.

A Comissão está determinada a fazer desta a «Década Digital» da Europa e, por conseguinte, a implementar uma visão sustentável e centrada no ser humano destinada a uma sociedade digital, visando simultaneamente a soberania digital. A estratégia digital da UE visa fazer com que esta transformação funcione para as pessoas e as empresas e, ao mesmo tempo, contribua para alcançar o objetivo de uma Europa com impacto neutro no clima até 2050. As duas transições — a ecológica e a digital — devem idealmente reforçar-se mutuamente, além de reforçarem a necessidade dos mercados de trabalho de trabalhadores altamente qualificados e especializados. A requalificação, a melhoria de competências e a reintegração nos mercados de trabalho são, por conseguinte, fundamentais para assegurar que as transições ecológica e digital são socialmente justas e equitativas.

Estamos à procura de bons projetos que promovam uma transformação económica inovadora e inteligente, em consonância com os objetivos da dupla transição e a agenda da UE para a competitividade, o que inclui projetos que reforcem as competências e os processos de digitalização e demonstrem ser capazes de abordar de forma inovadora a execução de

estratégias de investigação e inovação, envolvendo as partes interessadas, ou a promoção das agendas das cidades e aldeias inteligentes. São bem-vindos os projetos que preparem as PME europeias para competir numa economia globalizada e que podem incluir, por exemplo, atividades que desenvolvam novas tecnologias e produtos, melhorem os sistemas de inovação, reforcem a competitividade através do design das indústrias criativas, promovam o empreendedorismo social, reforcem a inovação social e de serviços, e apoiem novos modelos de negócio e inovações baseadas na prática. Esses projetos poderiam incluir características como a contribuição para sistemas regionais de inovação sustentáveis, o apoio à autonomia industrial da Europa ou a promoção do mercado de trabalho nas indústrias digitais.

Referências úteis

- Década Digital Europeia: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/policies/europes-digital-decade>
- Uma estratégia industrial para a Europa: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/european-industrial-strategy_pt
- Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/green-deal-industrial-plan_pt
- Regulamento Circuitos Integrados: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/european-chips-act_pt
- Dupla transição: https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/twin-green-digital-transition-how-sustainable-digital-technologies-could-enable-carbon-neutral-eu-2022-06-29_en
- Plataforma de especialização inteligente: <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu>
- 30.º aniversário do mercado único: https://single-market-economy.ec.europa.eu/single-market/30th-anniversary_en
- 30 anos de mercado único: https://single-market-economy.ec.europa.eu/publications/single-market-30_en
- Aldeias inteligentes europeias: https://ec.europa.eu/enrd/smart-and-competitive-rural-areas/smart-villages/smart-villages-portal_en.html
- Competitividade europeia: https://commission.europa.eu/topics/competitiveness_en

Categoria 2 — Uma Europa verde

A transição ecológica como facilitador do desenvolvimento regional

A categoria 2 centra-se em projetos de apoio ao objetivo estratégico n.º 2, a fim de alcançar uma Europa verde e resiliente, mediante a promoção de uma transição energética limpa e equitativa, dos investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável.

A União Europeia envida esforços para se tornar o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Com o ambicioso Pacto Ecológico Europeu, a União Europeia visa melhorar o bem-estar e a saúde dos cidadãos e das gerações futuras, proporcionando 1) ar fresco, água potável, solos saudáveis e biodiversidade; 2) edifícios renovados e eficientes do ponto de vista energético; 3) alimentos saudáveis e a preços acessíveis; 4) mais transportes públicos; 5) energia mais limpa e inovação tecnológica limpa e de ponta; 6) produtos mais duradouros que possam ser reparados, reciclados e reutilizados; 7) empregos preparados para o futuro e formação em competências para a transição; bem como 8) uma indústria competitiva e resiliente a nível mundial.

No cerne do Pacto Ecológico Europeu está a preservação e a proteção dos mares, dos oceanos e do ambiente da Europa, que são uma fonte de riqueza natural e económica para a Europa. De um modo geral, inclui a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas da UE, a redução da poluição do ar, da água e do solo, a transição para uma economia circular, a melhoria da gestão dos resíduos e a garantia da sustentabilidade da economia azul.

O Pacto Ecológico proporciona um quadro importante para uma série de iniciativas. Com o plano REPowerEU, a UE visa apoiar a poupança de energia, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético. A fim de alcançar a neutralidade climática, a Comissão propôs a Lei Europeia em matéria de Clima, que também estabelece uma nova meta, mais ambiciosa, de redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com o nível de 1990. O Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas (Regulamento LULUCF, revisto em 2023) define a forma como o setor do uso do solo contribui para os objetivos climáticos da UE, com a meta separada de chegar aos 310 milhões de toneladas de equivalente CO₂ de remoções líquidas de carbono baseadas no solo até 2030.

A Europa visa igualmente uma mudança no sistema agrícola e alimentar que faça da UE o líder mundial em termos de segurança, segurança do abastecimento, nutrição e qualidade. A Estratégia do Prado ao Prato, por exemplo, tem como objetivo acelerar a transição para um sistema alimentar sustentável. A transição ecológica da Europa também pode ser um motor da transição digital, energética e industrial da Europa, conforme previsto na chamada dupla transição. O Mecanismo para uma Transição Justa apoia a transição para uma economia com

impacto neutro no clima, apoiando os territórios com uma utilização mais intensiva de carbono ou onde vive um grande número de pessoas que recorrem a combustíveis fósseis.

Procuramos bons projetos que promovam uma Europa mais ecológica e mais resiliente, ajudem a alcançar os objetivos em matéria de neutralidade climática do Pacto Ecológico da União Europeia e melhorem as condições ambientais. Os projetos podem incluir investimentos em, por exemplo, iniciativas ecológicas que melhorem a qualidade do ar e da água, promovam a agricultura sustentável e preservem os sistemas ambientais. A criação de uma economia circular eficaz, a transição para uma economia eficiente em termos de recursos ou a transição para as energias renováveis também podem ser características desses projetos.

Referências úteis

- Lei Europeia em matéria de Clima: https://climate.ec.europa.eu/eu-action/european-climate-law_en
- Pacto Ecológico Europeu: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt
- Do Prado ao Prato: https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy_en
- Política ambiental: https://environment.ec.europa.eu/index_en
- O Plano Industrial do Pacto Ecológico: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/green-deal-industrial-plan_pt
- Regras da UE sobre o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas (LULUCF): https://climate.ec.europa.eu/eu-action/land-use-sector_en
- Mecanismo para uma Transição Justa: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/finance-and-green-deal/just-transition-mechanism_en

Categoria 3 — Uma Europa conectada

Reforçar a mobilidade e a conectividade entre regiões

A categoria 3 centra-se em projetos de apoio ao objetivo estratégico n.º 3 - reforçar a mobilidade e a conectividade.

Uma infraestrutura conectada, moderna, segura e inteligente será fundamental para alcançar a coesão e concretizar o Pacto Ecológico Europeu. Por conseguinte, a União Europeia está empenhada em apoiar o desenvolvimento de redes transeuropeias de elevado desempenho, sustentáveis e interconectadas de forma eficiente nos domínios dos transportes, da energia e dos serviços digitais. A política de transportes a nível europeu visa assegurar a circulação harmoniosa, eficiente, segura e livre de pessoas e mercadorias em toda a UE, através de redes integradas que utilizem todos os modos de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo).

A Política Energética visa um sistema energético à escala do continente, em que a energia circule livremente através das fronteiras, com base na concorrência e com uma regulação efetiva dos mercados da energia à escala da UE, se necessário; visa igualmente assegurar um aprovisionamento energético seguro aos cidadãos. Por conseguinte, a política define o objetivo de uma União da Energia resiliente, com objetivos climáticos ambiciosos no seu cerne, o que significa proporcionar aos consumidores da UE — famílias e empresas — energia segura, sustentável, competitiva e a preços acessíveis.

Ao mesmo tempo, na sua Estratégia Digital, a UE formula o objetivo de a Europa ser o continente mais conectado até 2030. Para o efeito, a UE está por exemplo a desenvolver regras harmonizadas para os serviços de conectividade e introduziu o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, apoiando as redes sem fios. O principal objetivo da conectividade na Década Digital é que todos os agregados familiares europeus tenham acesso à cobertura de Internet de alta velocidade até 2025 e à conectividade a gigabits até 2030. O Programa Digital do Mecanismo Interligar a Europa apoia, por exemplo, doze «corredores digitais transfronteiriços», criados para acolher testes em direto da tecnologia 5G para a mobilidade cooperativa, conectada e automatizada. O Mecanismo Interligar a Europa continua a apoiar investimentos que criem as ligações em falta na estrutura digital, da energia e dos transportes da Europa.

Procuramos bons projetos que promovam a concretização de uma Europa mais conectada, o que inclui projetos que apoiem soluções de mobilidade eficientes, seguras e respeitadoras do ambiente na UE e criem as condições para uma indústria competitiva geradora de crescimento e emprego. Podem também incluir temas com vastas implicações, como os direitos dos passageiros ou os combustíveis limpos. Os projetos podem ainda ajudar a alcançar os objetivos das redes transeuropeias no domínio da energia, dos transportes ou da conectividade digital. Explicitamente, os projetos podem demonstrar o desenvolvimento de novas infraestruturas de energia ou de transportes, ou a reabilitação ou modernização de infraestruturas existentes. Podem igualmente demonstrar o desenvolvimento de infraestruturas seguras, protegidas e

sustentáveis de elevado desempenho, nomeadamente as redes gigabit e 5G; o aumento da capacidade e da resiliência das infraestruturas da estrutura digital; ou a digitalização das redes de transportes e de energia.

Referências úteis:

- Agenda Digital para a Europa: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/64/digital-agenda-for-europe>
- Política energética: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/68/energy-policy-general-principles>
- Estratégia para a União da Energia: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2015:80:FIN>
- Transição para energias limpas: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/energy-and-green-deal_pt
- Mecanismo Interligar a Europa: https://cinea.ec.europa.eu/programmes/connecting-europe-facility_en
- Corredores transfronteiriços 5G: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/policies/cross-border-corridors>
- Política dos transportes: https://transport.ec.europa.eu/facts-fundings_en

Categoria 4 — Uma Europa social e inclusiva

Tornar a Europa mais inclusiva, aproveitando os talentos regionais

A categoria 4 centra-se em projetos de apoio ao objetivo estratégico n.º 4, a fim de alcançar uma Europa mais social e inclusiva, mediante a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A União Europeia baseia-se nos valores da dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Neste contexto, a UE está a envidar enormes esforços para combater qualquer tipo de discriminação e reforçar a igualdade de tratamento de todos os europeus, o que inclui a igualdade de género, a integração dos migrantes e a acessibilidade das pessoas com deficiência. O artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE clarifica que a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual é contra o modelo de sociedade europeia e deverá ser proibida na UE.

Em consonância com estes valores, os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais orientam a UE no sentido da construção de uma Europa social sólida, justa, inclusiva e plena de oportunidades para todos, com igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e o direito a uma proteção e inclusão sociais adequadas. O plano de ação dele decorrente deverá assegurar a consecução de três metas ambiciosas até 2030: em primeiro lugar, que, pelo menos, 78 % da população entre os 20 e os 64 anos esteja empregada; em segundo, que, pelo menos, 60 % de todos os adultos participem em formação todos os anos; e em terceiro, que o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social seja reduzido em, pelo menos, 15 milhões.

Os fatores problemáticos em relação à agenda europeia de competências são, entre outros, o avanço das alterações demográficas no sentido do envelhecimento da sociedade e as crises mundiais que afetam a Europa. Mais de três quartos das empresas da UE afirmam ter dificuldade em encontrar trabalhadores com as competências necessárias; trata-se, em especial, de empregos nas indústrias da alta tecnologia e da digitalização. A rápida transição para uma Europa com impacto neutro no clima e a transformação digital estão a mudar a forma como trabalhamos, aprendemos, participamos na sociedade e vivemos a nossa vida quotidiana. Para a Europa, esta é uma oportunidade para se tornar mais social e inclusiva, se os seus cidadãos desenvolverem as competências adequadas.

A fim de se tornar uma sociedade mais social e inclusiva, a UE também está a alargar a sua agenda e a financiar, por exemplo, projetos que estão em consonância com os objetivos de habitação social e a preços acessíveis ou que apoiam uma melhor prestação de cuidados de saúde.

Procuramos bons projetos que contribuam para uma sociedade mais inclusiva em geral, para a não discriminação, e para a igualdade de género dentro e fora da UE. Em especial, os projetos devem apoiar os 20 princípios e as três metas do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o que pode envolver, por exemplo, atividades no mercado de trabalho, no setor da educação, em comunidades locais e em redes internacionais. Os projetos devem explicitamente demonstrar que inovam em termos de promoção da inclusão ativa de pessoas discriminadas ou de pessoas em risco de discriminação, facilitação da reintegração de pessoas desfavorecidas no mercado de trabalho, contribuição para a igualdade de género e a diversidade através de estratégias de gestão, ou criação de postos de trabalho no decurso de trabalhos de integração e esforços de luta contra a discriminação. São bem-vindos projetos que envolvam a prestação de cuidados a crianças, os idosos, bem como os jovens, e a saúde em geral, e contribuam para um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar.

Referências úteis:

- Carta dos Direitos Fundamentais da UE: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:12012P/TXT>
- O Pilar Europeu dos Direitos Sociais: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights_en
- O Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-action-plan_en
- DG JUST, Igualdade de Género: https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality_pt

Categoria 5 — Uma Europa mais próxima dos cidadãos

Promover o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de territórios

A categoria 5 centra-se em projetos de apoio ao objetivo estratégico n.º 5, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e iniciativas locais.

A União Europeia está empenhada no desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras através de iniciativas locais. Para alcançar a coesão europeia, é essencial conseguir superar os desafios multitemáticos que se levantam a um desenvolvimento regional integrado em todos os setores. Com a introdução deste objetivo estratégico transversal, a UE pretende reconhecer a importância de estratégias de investimento integrado que visem diferentes escalas territoriais — por exemplo, cidades, zonas rurais, áreas metropolitanas e regiões funcionais —, onde as pessoas trabalham, vivem e se deslocam diariamente.

A UE pretende dar resposta a estes desafios identificados num determinado território, para os quais as partes interessadas locais desenvolvem soluções locais. O facto de ter uma ênfase territorial explícita implica que as necessidades, os desafios e as oportunidades de desenvolvimento têm de coincidir com a escala espacial e o contexto territorial adequados. A Comissão reconhece o papel das cidades de pequena e média dimensão e das abordagens de áreas funcionais como forças motrizes importantes para a atratividade e o desenvolvimento regionais e rurais, através da criação de repercussões positivas entre zonas urbanas e outros territórios e do reforço das ligações entre zonas urbanas e zonas rurais.

No período de 2021-2027, em cada Estado-Membro, pelo menos, 8 % dos recursos do FEDER são reservados para cidades de todas as dimensões e respetivas áreas metropolitanas e funcionais através de estratégias de desenvolvimento territorial e/ou local, a saber, utilizando investimento territorial integrado (ITI), desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) ou instrumentos semelhantes de apoio a abordagens integradas concebidas pelos Estados-Membros. As estratégias territoriais proporcionam uma oportunidade para reforçar as capacidades e lançar ações locais que contribuam para as políticas europeias, incluindo as transições ecológica e digital.

Estamos à procura de bons projetos que apoiem a execução de estratégias locais e regionais, como, por exemplo, estratégias de desenvolvimento urbano sustentável ou estratégias de desenvolvimento territorial e local. Como tal, os projetos devem contribuir para o desenvolvimento local e regional mais vasto e gerar efeitos indiretos. Os projetos podem também incidir sobre áreas específicas em que seja possível melhorar a vida quotidiana dos cidadãos e apoiar o reforço das capacidades. Os projetos visam ajudar a região a enfrentar desafios de desenvolvimento específicos numa área ou território urbano funcional e dar-lhes resposta através de uma abordagem integrada. Ao fazê-lo, aproximam mais a Europa dos seus cidadãos.

Referências úteis

- Iniciativa de Cidadania Europeia: https://commission.europa.eu/about-european-commission/get-involved/european-citizens-initiative_pt
- Coesão territorial: https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/what/territorial-cohesion_en
- Manual de estratégias de desenvolvimento urbano: <https://urban.jrc.ec.europa.eu/urbanstrategies/territorial-focus#the-chapter>
- Manual de estratégias de desenvolvimento territorial e local: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC130788>

Critérios de elegibilidade e de atribuição

Critérios de elegibilidade

Todas as candidaturas aos Prémios REGIOSTARS devem satisfazer os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) A candidatura deve ser apresentada através do EUSurvey até 22 de maio de 2026, às 23h59 (hora da Europa Central).
- b) As candidaturas têm de ser apresentadas numa das línguas oficiais da UE.
- c) A candidatura deve incluir uma declaração de aprovação da autoridade de gestão competente. A declaração de aprovação — um formulário de aprovação preenchido e assinado pelo chefe da autoridade de gestão ou uma mensagem de correio eletrónico com informações equivalentes do chefe da autoridade de gestão que confirme a aprovação — deve ser carregada em formato PDF, juntamente com o pedido. (Note-se que é possível apresentar até cinco projetos por programa. A autoridade de gestão é responsável pelo cumprimento do limite.)
- d) A candidatura deve indicar um projeto que tenha recebido cofinanciamento da UE através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão, do Fundo Social Europeu ou do Fundo para uma Transição Justa, ou um projeto que tenha recebido financiamento da UE ao abrigo de qualquer uma das vertentes dos programas Interreg, com início a partir de 1 de janeiro de 2014.
- e) São tidos em conta unicamente projetos concluídos. Um projeto concluído é um projeto que realizou todas as atividades planeadas, recebeu a sua contribuição financeira final e foi declarado encerrado pelo beneficiário do projeto e/ou pela autoridade de gestão.
- f) O projeto deve inscrever-se claramente numa das cinco categorias de prémios.

Critérios de concessão

Todas as candidaturas elegíveis são avaliadas pelo júri dos Prémios REGIOSTARS em função dos seguintes critérios de atribuição:

Coesão	A contribuição do projeto para a coesão económica, social e territorial em geral; com uma perspetiva suprarregional a europeia. O valor acrescentado de um projeto em relação à coesão será avaliado de acordo com este critério.
Impacto	O impacto local e regional do projeto, bem como a qualidade dos resultados finais. De que forma o projeto melhorou algo na respetiva região?
Inovação	O carácter inovador do projeto na lógica da categoria de prémio selecionada. Quais são os elementos novos? O que não foi feito anteriormente? A inovação pode ser entendida em termos económicos, sociais e/ou ecológicos.

Sustentabilidade	O potencial do projeto para perdurar no futuro, em termos de sustentabilidade económica. Os esforços do projeto para vigorar para além do seu tempo de vida real devem ser demonstrados.
Cidadãos	De que forma os cidadãos e os intervenientes da sociedade civil participaram no desenvolvimento e/ou na execução do projeto.
Transmissibilidade	O potencial do projeto para ser transferido para outras regiões da Europa e, na melhor das hipóteses, para ser ampliado e implantado em toda a União Europeia.

Calendário

Evento	Data
Lançamento do concurso	Terça-feira, 10 de fevereiro
Prazo-limite para a apresentação das candidaturas	Sexta-feira, 22 de maio
Informações sobre a verificação da elegibilidade	Sexta-feira, 5 de junho
Anúncio dos finalistas	Terça-feira, 14 de julho
Início da votação do público	Quinta-feira, 3 de setembro
Formação em linha sobre a apresentação dos projetos destinada aos finalistas	Meados de setembro
Fim da votação do público	Meados de outubro (a confirmar)
Apresentação dos finalistas e painel de debate com o júri; Cerimónia REGIOSTARS	meados de outubro, em Bruxelas (a confirmar)
Acompanhamento com os vencedores	A partir de 1 de novembro

Tabela de conversão

Os projetos devem candidatar-se à categoria correspondente ao objetivo estratégico ao abrigo do qual foram financiados. No caso dos projetos financiados durante o período 2014-2020, os candidatos devem indicar a categoria de concurso correspondente ao objetivo temático ao abrigo do qual foram financiados, conforme indicado na tabela.

Objetivos temáticos 2014-2020	Objetivos políticos 2021-2027
OT1; OT2; OT3;	OP1 - Uma Europa mais competitiva e mais inteligente
OT4; OT5; OT6	OP2 - Uma Europa mais verde e hipocarbónica
OT7	OP3 - Uma Europa mais conectada
OT8, OT9, OT10	OP4 - Uma Europa mais social
ITI, DLBC, AUI	OP5 - Uma Europa mais próxima dos cidadãos

Os projetos de 2014-2020 abrangidos pelo objetivo temático n.º 11 devem ser classificados numa das cinco categorias, de acordo com o seu tema específico.